

Qualiagro I

Enfrentar as barreiras técnicas

A ORGANIZAÇÃO Mundial de Comércio (OMC) considera como barreiras comerciais a:

- Utilização de normas ou regulamentos técnicos não-transparentes ou não-embasados em normas internacionais aceitas;
- Adoção de procedimentos de avaliação de conformidade não-transparente muito dispendiosas, bem como de inspeções excessivamente rigorosas.

Como os processos atuais de liberalização dos mercados se pautam na eliminação gradativa das barreiras tarifárias, as condições sobre barreiras não-tarifárias ganham cada vez mais importância nas análises sobre as vantagens de promover o comércio exterior.

As barreiras comerciais se dividem em dois tipos básicos:

- Tarifárias – imposto de importação e sobretaxas;
- Não-tarifárias – barreiras técnicas, quotas de importação, controle de preços, controles cambiais, medidas de salvaguarda, medidas *anti-dumping*, entre outras.

As barreiras técnicas são apontadas pelos exportadores brasileiros como a principal de ordem não-tarifária imposta pelos parceiros comerciais estrangeiros.

Diante da importância das barreiras técnicas para o fluxo de comércio exterior, foi assinado um Acordo sobre Barreiras Técnicas ainda no GATT, durante a Rodada Tóquio (1973-1979). Um novo acordo, totalmente reformulado e incorporado pela OMC, foi assinado na retomada de seus trabalhos em 1995.

O acordo determina que cada país se responsabilize pela manutenção de um

centro de informações. O motivo está na necessidade de disseminação das notificações dos regulamentos e das normas técnicas, assim como de seus procedimentos de avaliação da conformidade.

A abertura dos mercados incrementou o processo de trocas entre os países e aprofundou a necessidade do uso de uma linguagem comum para o estabelecimento de requisitos de desempenho e de ausência de riscos para o consumidor e o meio ambiente.

A “democracia” do acesso à participação em uma organização internacional de normalização foi o princípio que poderia assegurar as condições necessárias para que a norma internacional refletisse um consenso entre os interesses de todos os países. Todavia, ter as condições necessárias para a elaboração de uma norma verdadeiramente internacional não implica que elas tenham sido suficientes até hoje.

Impacto no agronegócio

A Organização Internacional para a Normalização (ISO) pode ser considerada a organização mais importante dentre aquelas para esse fim. Há também os organismos chamados de *international standardizing bodies*, que são aqueles que produzem normas, apesar de não ser sua única atividade. São exemplos a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o *Codex Alimentarius*, que trata das questões relativas a alimentos.

Essas organizações obedecem ao princípio de imparcialidade e representação nacional que, em alguns casos, é feito pelo organismo de normalização (na ISO e na Associação Brasileira de Normas Técnicas)

A tendência é de crescimento no número de barreiras contra as exportações brasileiras. A publicidade das potencialidades agrícolas do Brasil cria temores entre os demais concorrentes. O custo da produção agrícola brasileira é baixo.

Para lidar com essa realidade, o governo tem de fortalecer sua presença internacional, seja nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), seja em missões bilaterais. Outra medida é a provável criação de adidos agrícolas nas diversas embaixadas do Brasil pelo mundo. O tema já foi aprovado pelo Itamaraty e está em avaliação no Ministério do Planejamento.

Recentemente, o Brasil teve uma participação pouco comum nos debates sobre questões sanitárias, ao levar à OMC três casos de problemas enfrentados por suas exportações:

1º. Questionamento das leis americanas que exigem na importação entre seis e dez etapas de avaliação. Os americanos rejeitaram as críticas, mas admitiram conversar;

2º Um projeto na Malásia para cobrar de cada empresa uma taxa de US\$ 30 mil por ano para ser certificada e autorizada a exportar. O Brasil considera a Malásia uma importante plataforma de exportações para o Sudeste Asiático e países muçulmanos. Por isso, já admitiu pagar por inspeções para garantir que as empresas trabalhem no abate, como manda o Alcorão. Mas se recusa a pagar a nova taxa.

3º Queixas dos mexicanos sobre importações de carne cozida e preparada e sua proibição. A esperança é de que as queixas tenham servido para acelerar suas soluções.

Enfim, o agronegócio já vive intensamente o mundo das barreiras técnicas. O projeto Qualiagro tem apresentado a importância dos conceitos dos regulamentos técnicos, das normas e avaliação de conformidade. Existe fraqueza interna para tratar questões associadas às certificações. Os equívocos do Sisbov na cadeia produtiva da carne bovina é o mais gritante exemplo. Apesar da urgência, está em estágio bem incipiente montar a governança da qualidade na ótica da sustentabilidade, que envolve a produção, o meio ambiente e a responsabilidade social. ■